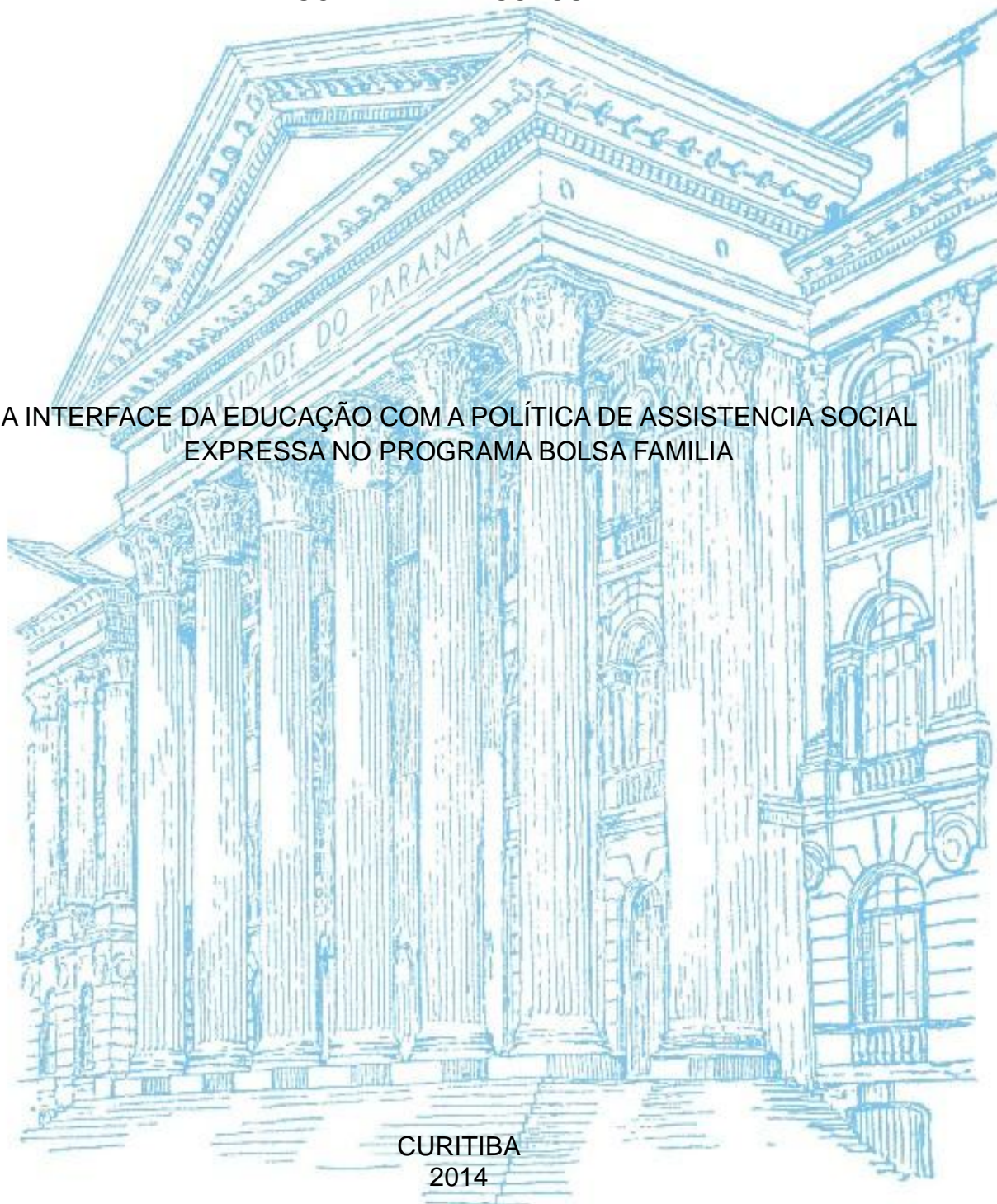


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

LUCIA VALENTE SCHUSTER

A INTERFACE DA EDUCAÇÃO COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXPRESSA NO PROGRAMA BOLSA FAMILIA



CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

LUCIA VALENTE SCHUSTER

A INTERFACE DA EDUCAÇÃO COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXPRESSA NO PROGRAMA BOLSA FAMILIA

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Professora Ms. Aparecida Barbosa

CURITIBA
2014

A INTERFACE DA EDUCAÇÃO COM A POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL EXPRESSA NO PROGRAMA BOLSA FAMILIA

LUCIA VALENTE SCHUSTER*

RESUMO

Este artigo é resultado da pesquisa realizada no Município de São José dos Pinhais e tem como objeto de estudo o Programa Bolsa Família e os indicadores educacionais: frequência e rendimento escolar. O estudo analisa o conhecimento que os profissionais da educação possuem sobre o Programa, qual a visão da melhoria da qualidade da educação e quais encaminhamentos são feitos com esses alunos; tem como objetivo verificar se a condicionalidade da frequência dos alunos tem impacto na qualidade da educação, de forma que interfira no rendimento escolar, com base na garantia do acesso e da permanência, além de identificar ações que a Assistência social promove junto aos profissionais da educação para o atendimento do PBF, bem como reconhecer se há um processo de interface entre as políticas de assistência social e educação; O PBF é um programa do Governo Federal que faz transferência direta de renda, beneficiando famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. A pesquisa foi realizada no Município de São José dos Pinhais, com profissionais em efetivo trabalho nas escolas municipais. O artigo também aponta dados dos anos de 2000 a 2010 com índices anuais de aprovação, reprovação e evasão escolar para visualizar o impacto do programa, e questiona se a escola cumpre seu papel de corresponsável pela proteção integral dos alunos bolsistas do PBF.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Educação. Qualidade e permanência.

*Artigo produzido pela aluna Lucia Valente Schuster do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Ms. Aparecida Reis Barbosa. E-mail:luvalenteschuster@gmail.com

Introdução:

A interface da educação com a política de assistência social expressa no programa Bolsa Família um estudo da educação no Município de São José dos Pinhais, foi o tema escolhido para a realização deste artigo. Pois sabe-se que o programa do Bolsa Família, está vinculado com a frequência do aluno na escola. Partiu-se do pressuposto de que apesar da escola desempenhar o papel de acompanhar a frequência dos alunos incluídos no Programa Bolsa Família, tanto os professores quanto diretores e equipe pedagógica não têm clareza sobre o Programa e nem da relação que pode se estabelecer na escola entre as Políticas de Educação e Assistência Social.

O Governo Federal lançou o Plano Brasil sem Miséria (PBSM), para combater a pobreza e a extrema pobreza que atinge muitas famílias brasileiras. Dentro da lógica de atendimento das pessoas que estão incluídas nestas condições, encontram-se os beneficiários do programa Bolsa Família, que faz transferência direta de renda para quem tem filho em idade escolar e com frequência comprovada na escola (condicionalidades).

Para ser concedido o benefício, é necessário que as famílias sejam cadastradas, de acordo com MDS, este cadastro denominado Cadastro Único que é totalmente informatizado e armazena as informações coletadas para alimentar os bancos de dados que vão implementar as políticas públicas.

O objeto de estudo desta pesquisa foi o programa Bolsa Família e os indicadores educacionais: frequência e rendimento escolar.

A relevância do presente estudo está na necessidade de aprofundar o conhecimento das políticas de assistência social expressas no Programa Bolsa Família. Desta forma faz-se necessário a análise do impacto na educação, mais diretamente nos indicadores educacionais dos alunos atendidos.

No Brasil, toda criança tem direito subjetivo a educação, ou seja, toda criança tem direito de frequentar uma escola, pública, laica e de qualidade. Este artigo busca entender em que medida o Programa Bolsa Família com a condicionalidade da frequência escolar beneficia o aluno na garantia da qualidade da educação percebendo seu rendimento acadêmico. A escola pode desempenhar um papel importante junto às famílias, participando efetivamente das ações conjuntas, além disso, é função da educação desenvolver reflexão crítica sobre a realidade social dos seus educandos e também do universo que

envolve suas famílias, a comunidade em torno da escola.

No primeiro momento vamos entender o programa de transferência de renda Bolsa Família, e a condicionalidade da frequência na educação. No segundo momento temos as políticas da educação e a educação como direito subjetivo de acesso, permanência e qualidade como doutrina de proteção integral. Na sequência apresentamos números da educação no Município de São José dos Pinhais e para finalizar o resultado da pesquisa de campo.

Programa de transferência de renda: programa bolsa família:

Em diversos países do mundo existem programas de transferência de renda. Neste aspecto, Weissheimer (2006) mostra que no Brasil temos o Programa Bolsa Família, que surgiu da unificação de outros programas, que foi instituído pela medida provisória nº132, em outubro de 2003, e é destinado às famílias em situação de pobreza, e de extrema pobreza.

O Programa, (mds.gov.br/bolsafamilia) de acordo com o Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014, faz um reajuste de 10% nos benefícios e considera extrema pobreza famílias com rendimento mensal de até R\$77,00 por pessoa e pobreza renda per capita entre R\$77,01 e R\$150,00 se houver neste caso crianças, adolescentes, gestantes ou nutrizes. O Benefício Básico (extrema pobreza) com o reajuste será de R\$77,00, o Benefício Variável (famílias pobres e extremamente pobres) com crianças entre 0 a 15 anos, com gestantes ou nutrizes foi reajustado para R\$35,00, e o Benefício Variável Jovem (BVJ), para os jovens de 16 e 17 anos nas famílias pobres e extremamente pobres foi reajustado para R\$42,00, o Benefício para superação da Extrema Pobreza (BSP) será analisado caso a caso, sendo concedido para aquelas famílias que mesmo depois de receberem os demais benefícios, ainda estejam com renda mensal por pessoa de até R\$77,00. (mds.gov.br/bolsafamilia).

Este programa associa o valor em dinheiro com o acesso aos direitos básicos como saúde, alimentação, educação e assistência social. Além do combate à miséria e à exclusão social, o PBF trabalha na promoção da emancipação e autonomia das famílias.

Inicialmente o país passou por cinco etapas que foram decisivas para o início deste programa. De acordo com Silva (2010), cada momento foi histórico

para o país. O primeiro momento, em 1991, com o senador Eduardo Suplicy apresentando o seu projeto de Lei nº 80/1991, instituindo um Programa de Renda Mínima para todo brasileiro a partir de vinte e cinco anos de idade; o segundo momento foi de 1991 a 1993 com a proposta de uma transferência em dinheiro para as famílias com filhos entre cinco a dezesseis anos, matriculado na rede pública de ensino; o terceiro momento ocorreu no início de 1995 com uma experiência feita em cidades do Estado de São Paulo e do Distrito Federal, possibilitando a adoção de políticas públicas de Transferência de Renda no país; no quarto momento, iniciado em 2001, já no segundo mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso no período de 1999 a 2003, houve a expansão de Programas Federais que foram criados em 1996 (Benefício de Prestação Continuada, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Bolsa Escola, Bolsa referente a uma renda básica incondicional para todos os brasileiros). Já no quinto momento, em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ocorre o início do Programa Fome Zero para a erradicação da fome e da pobreza no Brasil. Este foi o principal fator que contribuiu para o surgimento do Programa Bolsa Família, criado em 2003 e implementado em 2006 em todos os estados brasileiros.

Em janeiro de 2004, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para fazer o gerenciamento do Programa em parceria com os Estados e os Municípios, ficando a encargo das prefeituras o cadastramento das famílias e a organização do cadastro único.

O Programa Bolsa Família está focalizado no combate à pobreza e possui condicionalidades que são impostas as famílias para que possam ter acesso ao benefício. De acordo com o (MDS) há condicionalidades na saúde, na educação e na assistência social:

Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. (<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>).

O PBF possui três eixos principais, e de acordo com o (MDS):

A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e

programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. (<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>).

Dentro da lógica de organização do PBF, se entende como um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. De acordo com Silva (2010):

Transferência de renda é aqui concebida como uma transferência monetária direta a indivíduos ou a famílias. No caso brasileiro e de várias experiências da América Latina, são programas focalizados em segmentos pobres da população e têm sua prestação condicionada a determinadas exigências que devem ser cumpridas pelos indivíduos ou pela família, principalmente no campo da educação, da saúde e do trabalho. Em relação à educação, a principal condicionalidade é a exigência de matrícula e frequência escolar de crianças e adolescentes; no campo da saúde é destacado o cumprimento de medidas básicas, como vacinação de crianças e pré-natal de mulheres grávidas; e no trabalho as condicionalidades são geralmente relativas à capacitação profissional e à inserção no mercado de trabalho. (SILVA, 2010, p. 21).

De acordo com Weissheimer (2006), o PBF já atingiu a meta de 11,1 milhões de famílias beneficiadas, mas, como outros programas, tem problemas quanto à totalidade da cobertura nas grandes regiões do país. Em contrapartida, em outras regiões como o Paraná, chega a atingir 100% das famílias cadastradas.

O PBF tem como foco principal ou objetivo central a emancipação do beneficiário; podemos dizer que é a parte mais importante do programa. Silva (2010) mostra que:

[...] a questão da pobreza assume centralidade nos programas de transferência de renda. Nesse sentido, ressaltamos a existência de diferentes concepções de pobreza, sob orientação de diferentes valores fundamentando a formulação e o desenvolvimento de políticas, programas e ações para intervenção social. A referência aqui adotada é orientada pela concepção de pobreza enquanto fenômeno complexo e multidimensional, com destaque à sua determinação estrutural. Assim, a pobreza é concebida para além da insuficiência de renda; é produto da exploração do trabalho; é desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; significa o não acesso a serviços sociais básicos, à informação, ao trabalho e à renda digna; é não participação social e política. (SILVA, 2010, p. 22)

Promover o desenvolvimento socioeconômico de famílias em estado de insegurança alimentar, gerar trabalho e renda, e dar condição para que a pessoa possa exercer a sua cidadania. Esse é o caminho para saída do Bolsa Família. Já o caminho de entrada no programa vem com décadas e mesmo séculos de uma política patrimonialista, de apropriação privada do Estado, de uma concepção da política de exclusão da imensa maioria da população não apenas do mercado produtivo, mas da condição de ser humano que vive abaixo da linha da pobreza.

Em consonância com a área da educação, Novak (2013) aponta em sua pesquisa que o cumprimento de condicionalidades que se reportam à frequência dos alunos na escola, não teve influência positiva no desenvolvimento acadêmico dos alunos, e complementa que das crianças atendidas pelo PBF, que somam 18 milhões em todo país, cerca de 300 mil não cumprem a presença obrigatória na escola, apresentando dificuldades em avançar nos estudos e conseqüentemente não conseguindo romper com o ciclo da pobreza, da miséria e da exclusão.

De acordo com o Boletim do DECOM (2013), *“A Gestão das Condicionalidades é uma ação articulada entre as áreas de educação, saúde, assistência social com a participação dos 26 estados, do Distrito Federal e dos 5570 municípios brasileiros. A operação das condicionalidades envolve números expressivos na educação Boletim do DECOM (2013) “5.570 operadores municipais da frequência escolar; 31 mil usuários do Sistema Presença/MEC; 16 mil operadores diretores de escola; 27 coordenadores estaduais da educação.”*. O boletim informa que nos últimos resultados referentes ao registro das condicionalidade da educação em 2013, foram de 92% de acompanhamento e no início de 2014 o resultado foi de 87,6% de acompanhamento, obtendo um total de 96,8% de cumprimento da condicionalidade da frequência dos alunos na escola.

Política de educação:

A política de forma geral, de acordo com Santos (2012), pode ser definida como: “a atividade de exercício do poder em sociedade”; assim

também podemos entender por políticas públicas “o conjunto de ações criadas no âmbito do Estado, dirigidas à sociedade ou a segmentos desta e que possuem impacto direto sobre a dimensão social da vida privada.”.

Podemos entender assim que a política pública está relacionada com a maneira de governar e com a participação da população na esfera política, no sentido de entender e fiscalizar as ações, é o que se pode entender por sociedade organizada.

De acordo com Santos (2012) podemos entender política pública de educação como:

As políticas públicas educacionais nada mais são do que as políticas públicas originadas na área do Estado referentes à educação e que terão impacto direto na sociedade, seja do ponto de vista individual, seja do ponto de vista social. (SANTOS, 2012, p. 20)

Claro que existem muitas políticas que são desenvolvidas em outras áreas e acabam por fazer parte da política da educação, como a política de transferência de renda, expressa no Programa Bolsa Família, que faz relação direta com os alunos da escola pública pelas condicionalidades do programa, principalmente a que remete à frequência escolar.

As políticas da educação em sua grande maioria são políticas públicas de governo. Precisamos entender as políticas públicas pela sua importância na garantia dos direitos e também dos deveres que dizem respeito aos indivíduos. As políticas públicas são a efetivação dos movimentos do Estado, ou seja, é a ação do Estado em prol dos interesses da sociedade.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, no capítulo que se refere à educação, nos artigos 205 até 214, fica o esclarecimento de uma política preocupada em reconhecer o direito de todos a uma educação de qualidade, baseada em princípios como igualdade, liberdade e pluralismo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – nº 9394/96) faz a afirmação de que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”, sendo dever do Estado e da família este trabalho de forma articulada. No seu artigo 8º dispõe ser incumbência da União estabelecer em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios as competências e as diretrizes para esta etapa de educação, que nortearão os

currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum.

De acordo com Nunes (2002), a LDB 9394/96 trouxe como principal novidade a composição de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio como sendo a base da educação nacional. Nas instituições de ensino, segue-se a flexibilidade na construção das propostas pedagógicas como manda a lei. Em paralelo, segue-se um sistema de avaliação dessa educação básica, o SAEB, e no caso do Ensino Médio, o ENEM.

Para Frigotto (2006), a visão da educação como mobilidade social, com base na teoria do capital humano, agrega poder ao capital no sentido de excluir os alunos que não se apresentam nos modelos conhecidos na escola, ou seja, alunos que são filhos de trabalhadores informais e precisam ajudar os pais a ganhar o sustento, muitas vezes são “rotulados” como problemas, pois vão seguir o exemplo dos pais e não possuem responsabilidades com os estudos, são faltosos e não dão a devida importância para o aprendizado formal oferecido pela escola. Frigotto (2006) considera que:

Ocorre neste tipo de análise uma inversão que caracteriza o modelo circular de análise. Enquanto a educação é tida, na ótica do capital humano, como fator básico de mobilidade social e de aumento de renda individual, ou fator de desenvolvimento econômico, nestas análises o “fator econômico”, traduzido por um conjunto de indicadores sócio-econômicos, é posto como sendo o maior responsável pelo acesso, pela permanência na trajetória escolar e pelo rendimento ao longo dessa trajetória. O que é determinante vira determinado. Ou seja, a escolarização é posta como determinante da renda, de ganhos futuros, de mobilidade, de equalização social pela equalização das oportunidades educacionais (tese básica do modelo econômico concentrado), e o acesso à escola, a permanência nela e o desempenho, em qualquer nível, são explicados fundamentalmente pela renda e outros indicadores que descrevem a situação econômica familiar. (FRIGOTTO, 2006, p. 51)

Ao pensarmos na “qualidade total da educação”, podemos pensar também em uma mudança, uma adequação no sistema de ensino. Para que sejam implantadas essas mudanças, são utilizadas concepções neoliberais da economia através de avaliações que classificam as escolas com base em seus resultados. Pouco se valoriza os meios, processos de desenvolvimento são ignorados, busca-se a educação de qualidade, sem ao menos se entender como ela deve ser. De acordo com Libâneo,

Educação de qualidade é aquela que promove para todos o domínio de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais necessárias ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, à inserção no mundo do trabalho, à constituição da cidadania, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Em outras palavras, escola com qualidade social significa a inter-relação entre qualidade formal e política; é aquela baseada no conhecimento e na ampliação de capacidades cognitivas e sociais com alto grau de inclusão. (LIBÂNEO, 2004, p.66)

Como buscar a qualidade para todos? Procura-se um parâmetro e quase sempre se faz a opção pelo que couber para a maioria, mas com base conhecida de que essa condição vai ao encontro do problema de deixar de lado uma parcela muito significativa de excluídos. São inúmeros os fatores usados, porém entre os maiores está a comparação – utiliza-se uma determinada escola e aplica-se o modelo desejado. Claro que nesta instituição são empregados todos os esforços e diferentes tipos de acompanhamentos, desde os técnicos até os práticos (teóricos e práticos). Depois, sem se preocupar com outras realidades, passa-se a exigir que outras instituições escolares tenham o mesmo resultado. A esse respeito, Libâneo aponta:

É necessário alertar que a reorganização das escolas, as mudanças nas práticas de gestão, mesmo que se baseiem na democratização nos processos organizativos e decisórios, por si só, não resolvem os problemas do ensino e do baixo rendimento escolar dos alunos. (Libâneo, 2004, p. 68)

Todos os processos que ocorrem dentro da escola devem ser analisados, os de organização, os de gestão, as avaliações de resultados, as modificações dos currículos, a estrutura física, a formação continuada e todos os envolvidos com o processo educativo devem participar. Pode-se concordar que debater as diferenças sociais pode e deve fazer parte do conteúdo escolar, já que os alunos possuem direitos subjetivos à educação. De acordo com Arroyo (2002, p. 276) “O direito à educação é inseparável da pluralidade de direitos, da infância e da adolescência.” Para garantir este direito perpassamos pela universalização das matrículas e temos que chegar na garantia da permanência destes alunos para qual a escola pública, foi direcionada, que são os filhos da classe trabalhadora.

A escola passa a ser um lugar onde o aluno tem o direito a erros, onde também possa expor suas dúvidas, explicitar seus raciocínios e tomar consciência de como se aprende; onde possa permitir diferentes ritmos e modos de pensar. É fundamental que ocorra esta participação organizada para que se construa uma sociedade justa, onde seus membros sejam participativos e conscientes de seus direitos e deveres.

Educação como direito subjetivo – acesso, permanência e qualidade; doutrina de proteção integral:

Um fator de grande importância para a discussão nesse artigo é o papel das políticas públicas na garantia do direito a educação, e não apenas o acesso a universalização, mas que tenha a educação ao seu alcance, materializada na garantia do acesso e da permanência em sala de aula com professores qualificados, trabalhando para a formação do indivíduo e da sociedade.

Mesmo com tantas garantias na forma da lei, a educação chegou a universalização do ensino fundamental em oferta de vagas, mas ainda não chegou a garantia total de acesso e permanência. Embora haja documentos que direcionem para que ocorra a garantia total do direito subjetivo do aluno a educação de qualidade.

De acordo com o documento base da CONAE:

A despeito dos avanços legais, o panorama brasileiro continua apresentando desigualdades no acesso, qualidade e permanência de estudantes, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação. Para a efetiva garantia desse direito fazem-se necessárias políticas e gestões que visem à superação do cenário, requerendo a construção do Sistema Nacional de Educação (SNE) e do PNE como política de Estado, consolidado na organicidade entre os processos, na organização, regulação, ação sistêmica e no financiamento. (CONAE 2010/2020)

Com base na legislação brasileira, no Art. 208, parágrafo 1º temos a garantia da educação como direito público subjetivo, afirmando que será punido com os rigores da lei quem causar obstáculos para que o aluno frequente a escola, sendo esta pública, laica e de qualidade. No Art. 206 temos

a afirmação de que o ensino será ministrado com base em princípios, que destacamos o inciso VII – garantia de padrão de qualidade, que perpassa por condições de trabalho dos profissionais da educação, organização da escola, construção da sua proposta pedagógica, e a sua estrutura física. Outro princípio apontado no inciso I do Art. 206 – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Já no Art. 212 parágrafo 3º - A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. E no Art. 214 incisos I e II, trata da universalização do atendimento escolar e da melhoria da qualidade do ensino.

A conferência nacional da educação CONAE 2010, traz a discussão de assuntos que são importantes para a construção do Plano Nacional da Educação, que se fará cumprir nos próximos 10 anos no período de 2014/2024. No documento da conferência, foram organizadas ações, muito discutidas nos fóruns regionais e estaduais, nas conferências municipais, que devem garantir que tanto o acesso quanto a permanência do aluno na escola, e também a valorização dos seus profissionais como ações importantes para melhoria da educação no país. Este grande evento educacional foi pautado nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos aos das redes públicas (EC nº 53/2006); VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade; VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (EC nº 53/2006). (CONAE, 2010).

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 25 de junho de 2014 (Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014) para os próximos de dez anos, de (2014-2024), ao definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, e propõe meio de ações integradas entre as diferentes esferas de governo.

Seguindo esses princípios e as discussões da CONAE, foram traçadas dez metas no Plano Nacional de Educação (2010), com estratégias que devem ser seguidas para melhoria da educação no país. Para garantir as metas deste plano, busca-se o trabalho em parceria com outros setores que contribuam com a educação. Todas as metas foram discutidas, mas vamos destacar as seguintes Metas:

2: Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos. Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento, nesta faixa etária. Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em cinquenta por cento das escolas públicas de educação básica; (Plano Nacional de Educação, 2014/2024)

Para cada uma dessas metas, foram discutidas estratégias para implantação e garantia da efetivação do trabalho na educação, criando mecanismos que orientam a maneira para que estas metas sejam cumpridas, como a exemplo das metas:

2.1) Criar mecanismos para o acompanhamento individual de cada estudante do ensino fundamental; 2.2) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem; 2.3) Promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social e saúde. 3.2 Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade. 3.7 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de assistência social e transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa

frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem. 6.1 Estender progressivamente o alcance do programa nacional de ampliação da jornada escolar, mediante oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, de forma que o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, buscando atender a pelo menos metade dos alunos matriculados nas escolas contempladas pelo programa. (Plano Nacional de Educação, 2014/2024).

Essas metas foram discutidas e fazem parte do PNE 2014/2024, os índices da educação mostram que é necessário traçar metas e segui-las, pois precisamos garantir o direito a educação pode-se comparar através dos índices educacionais, que não basta que o aluno consiga realizar a matrícula, mas é necessário que ele permaneça na escola, pois não adianta universalizar o acesso a educação, é preciso garantir a frequência deste aluno na escola, por isso foram discutidas estratégias como as buscas ativas, acompanhamentos da aprendizagem, e tantas outras, que vão complementar o cuidado e zelo pelo aluno, contemplando uma educação inclusiva. De acordo com o Documento Indicadores e Desafios para uma educação inclusiva:

O aumento dos anos de escolarização e da jornada escolar, com qualidade, é, antes de tudo, requisito para a constituição de uma sociedade inclusiva, que busque erradicar a pobreza. O Brasil tem hoje, em média, apenas 7,5 anos de educação/escolarização de sua força de trabalho, com elevado número de analfabetos (cerca de 14 milhões) e baixa taxa de escolarização líquida da população de 15 a 17 anos no Ensino Médio (cerca de 50%). Estas são condições a serem superadas, pois interferem na melhoria da distribuição de renda e nos processos de trabalho, saúde e educação em geral e ambiental, contribuindo para a superação da exclusão social. A efetivação de uma educação básica de qualidade envolve a coordenação das políticas nacionais pela União e o desenvolvimento de políticas articuladas entre os diferentes entes federados. Na Educação Básica, em suas etapas e modalidades, cabe destacar o papel da instituição educativa, da gestão escolar, do currículo, dos profissionais da educação, dos projetos político-pedagógicos e institucionais, para articular qualidade, diversidade, inclusão e justiça social. (CONAE 2010 Fórum nacional de educação, Educação brasileira: alguns indicadores e desafios)

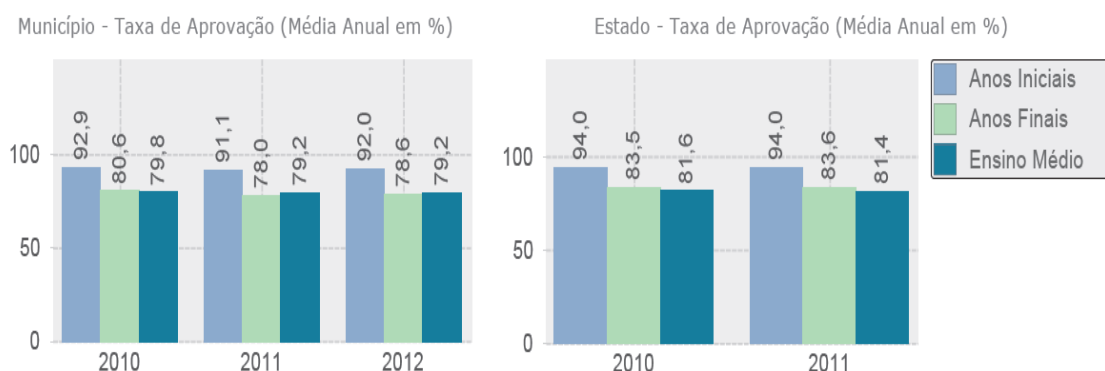
Muitos são os desafios de manter uma educação de qualidade para todos, com a garantia de acesso e permanência das crianças dos quatro aos dezessete anos de idade e pensando nos processos de organização e gestão, incluindo uma melhor preparação para os profissionais da educação.

Os números da educação em São José dos Pinhais:

O Município de São José dos Pinhais de acordo com o documento do Ministério Público intitulado Informações Municipais para Planejamento Institucional, aponta que o Município tem um Plano Municipal de Educação, um Conselho Municipal de Educação com uma formação com maior representação governamental, sendo consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador. Porém não possui um fundo municipal de educação.

O documento aponta outros dados de relevância para este projeto, que são indicadores da qualidade da educação no Município, como a taxa de aprovação e reprovação, abandono, distorção idade série no ano de 2011, conforme exposto no quadro abaixo, que nos ajudam a entender se está sendo cumprido o que determina a legislação quanto a garantia do acesso e da permanência do aluno na escola.

Gráfico nº 1: Aprovação.

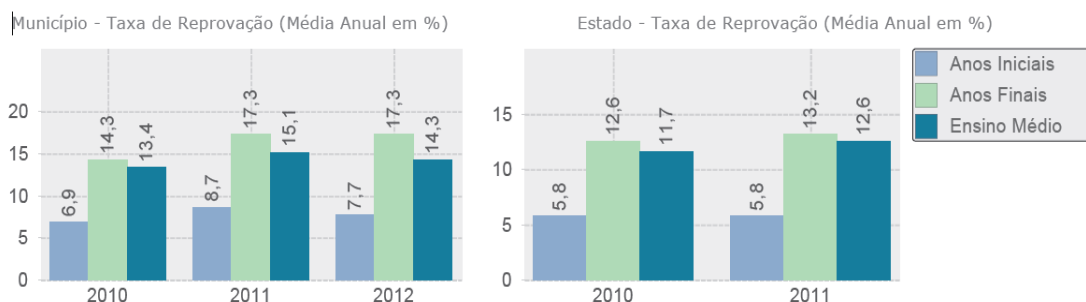


Fonte: <http://www2.mppr.mp.br/cid/saojosepinhais.pdf>

No município de São José dos Pinhais, as escolas trabalham no sistema de seriação, onde o aluno é promovido quando consegue atingir a média final. Quando comparado os percentuais do Estado e do município os números

mostram que o município tem um índice de aprovação no Ensino Fundamental menor, podemos verificar no gráfico nº1 (índice de aprovação) que nos anos de 2010 e 2011, tanto nos anos iniciais como nos anos finais, o Município apresenta números inferiores de aprovação.

Gráfico nº 2: Reprovação



Fonte: <http://www2.mppr.mp.br/cid/saojosepinhais.pdf>

Nas taxas de reprovação o Município tem um índice maior que o Estado nos anos de 2010 e 2011. (gráfico nº2 taxa de reprovação) nos anos iniciais e finais. Pode-se entender que pelo fato da retenção de alunos que não consigam atingir as médias, os índices sejam maiores.

Quando analisamos as taxas de distorção idade e série/ano, temos um índice municipal de 10,30 que é maior que o índice estadual de 7,70 nos anos iniciais do Ensino fundamental no ano de 2010, como mostra a tabela abaixo

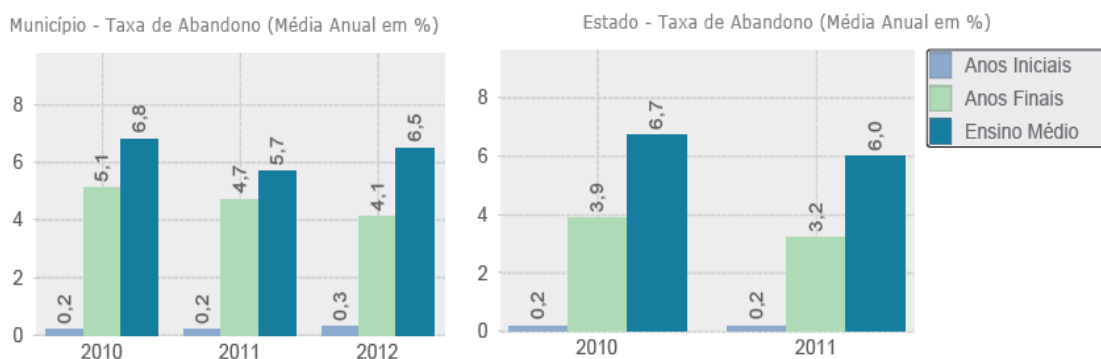
Tabela nº1: índice de distorção idade e série/ano

Ano	Município Fund.	Estado Fund.	Município Fund.	Estado Fund.	Município Ensino	Estado Ensino
	Iniciais	Iniciais	Finais	Finais	Médio	Médio
2010	10,30	7,70	22,80	22,10	27,70	23,90

Fonte: <http://www2.mppr.mp.br/cid/saojosepinhais.pdf>

Esta taxa alta de distorção pode estar relacionada também ao fato do Município trabalhar com seriação, onde se mantém a reprovação, bem como pode também estar relacionada com a busca ativa por alunos que estavam fora da escola.

Gráfico nº3: Abandono



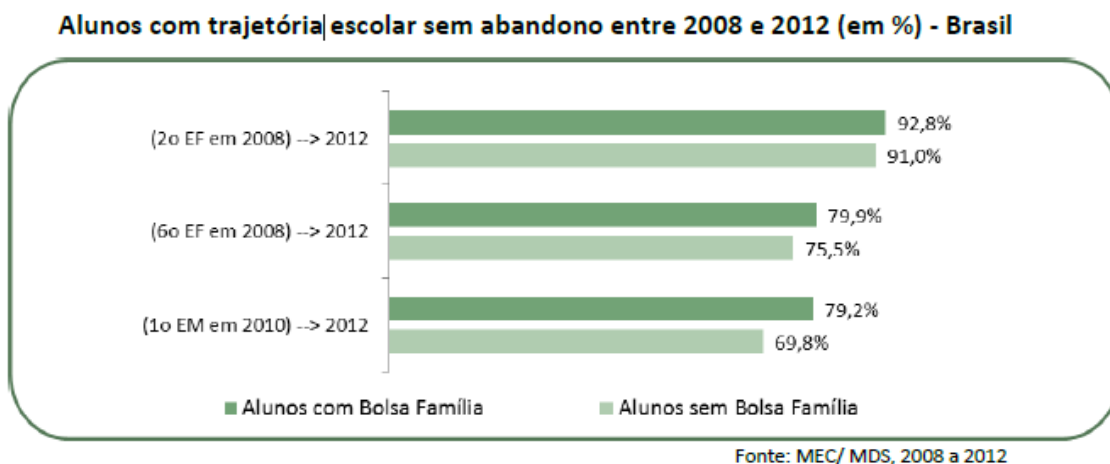
Fonte: <http://www2.mppr.mp.br/cid/saojosepinhais.pdf>

Já na taxa de abandono acima no gráfico nº3 em comparação entre Estado e Município, as taxas do Ensino Fundamental anos iniciais nos anos de 2010 e 2012, estão iguais. Que podem ter influência no trabalho que a Assistência social desenvolve junto com a educação e com os Conselhos tutelares que desenvolvem trabalho em rede, denominado (Rede de Proteção), que acompanham as famílias em descumprimento da condicionalidade do PBF. Já no Fundamental, anos finais, esta pesquisa não se aprofundou nas questões do acompanhamento de frequência. Mas pelos números do gráfico acima que aponta que no Fundamental anos finais, os índices do Município são maiores em relação ao Estado, podem ser reflexos das retenções que são feitas nos anos iniciais, que também refletem na distorção idade e série/ano.

Isso pode ter ocorrido pelo compromisso assumido pelos Estados e pelos Municípios, para uma busca mais efetiva pelos alunos, considerando que o Programa de Combate ao Abandono Escolar, elaborado pela Secretaria de Estado da Educação em consonância com o Termo de Convênio e Cooperação Técnica do Estado do Paraná, por intermédio do Tribunal de Justiça preconiza sobre a importância da articulação com a rede de proteção dos territórios. A portaria Interministerial nº 3.789/2004 define como uma das atribuições dos gestores municipais do sistema de frequência escolar do PBF a designação de um responsável técnico pela área da educação. Esse profissional, conhecido como operador municipal máster de acordo com o Documento da UNDIME, portaria Interministerial: *“tem tido ao longo dos 10 anos do PBF, a atribuição de*

coletar e registrar a frequência escolar de crianças e jovens de famílias participantes desse Programa.”

O documento Informativo do Departamento de Condicionalidades (DECON) maio/2014. Afirma: “Os alunos do Bolsa Família possuem mais trajetória escolar sem abandono”.



Fonte: http://www.nre.seed.pr.gov.br/fozdoiguacu/arquivos/File/ciencias/Bolsa%20Familia/decon7_maio_2014

O boletim do DECOM, mostra que os alunos acompanhados pelos profissionais da educação e da assistência social, em cumprimento da condicionalidade da educação, estão tendo resultados positivos, na frequência dos alunos, e também na trajetória acadêmica, como mostra o gráfico acima, com um índice positivo sem muito abandono. O documento do DECON aponta também que ocorrem:

Aprovações seguidas no tempo esperado de conclusão de ciclo
Os dados mostram que no segundo ciclo do ensino fundamental e no ensino médio os alunos do PBF conseguiram maiores percentuais de aprovações seguidas de 2008 a 2012 do que os demais alunos da rede pública. (Boletim DECON, maio de 2014)

Ao verificarmos o resultado da avaliação externa (ideb) Índice de desenvolvimento da Educação Básica que de acordo com o INEP:

Representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao

enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. (<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>)

Na tabela abaixo verificamos que o resultado em 2011 do ideb no município foi acima da meta esperada para o ensino fundamental nos anos iniciais.

4ª série / 5º ano

Município ↕	Ideb Observado				Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
SAO JOSE DOS PINHAIS	4.3	4.7	5.1	5.2	4.3	4.7	5.1	5.3	5.6	5.9	6.1	6.4

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=4548445>

As avaliações externas tem uma importância como indicador da qualidade do ensino não só no Município, mas, em todo o país. De acordo com o Portal do INEP:

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. O Ideb vai de zero a dez. O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do PDE para a educação básica. O Plano de Desenvolvimento da Educação estabelece, como meta, que em 2022 o Ideb do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos. (<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>)

O Ideb, dos Municípios, é avaliado através da prova Brasil para o 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais. É uma prova diagnóstica que “mede” o nível do ensino, e deverá nortear os encaminhamentos feitos na educação.

O Município de São José dos Pinhais teve no ano de 2007 uma nota de 4,7 e no ano de 2009 com média de 5,1 em 2011 os resultados também foram superiores as metas projetadas.

Resultados da pesquisa de campo:

Conforme os dados apresentados na pesquisa qualitativa de cunho exploratório, que visa mostrar como os profissionais da educação estão percebendo o programa Bolsa família na escola, e em que medida o programa esta contribuindo para garantir o acesso e a permanência do aluno na escola.

A pesquisa foi realizada em Escolas Públicas Municipais de Ensino Fundamental anos iniciais no Núcleo I, região da Borda do Campo no Município de São José dos Pinhais, este núcleo tem oito escolas, todas distantes. Três destas escolas de porte I, com até 200 alunos, outras três de porte II, com até 400 alunos, e uma escola porte III, com mais de 800 alunos.

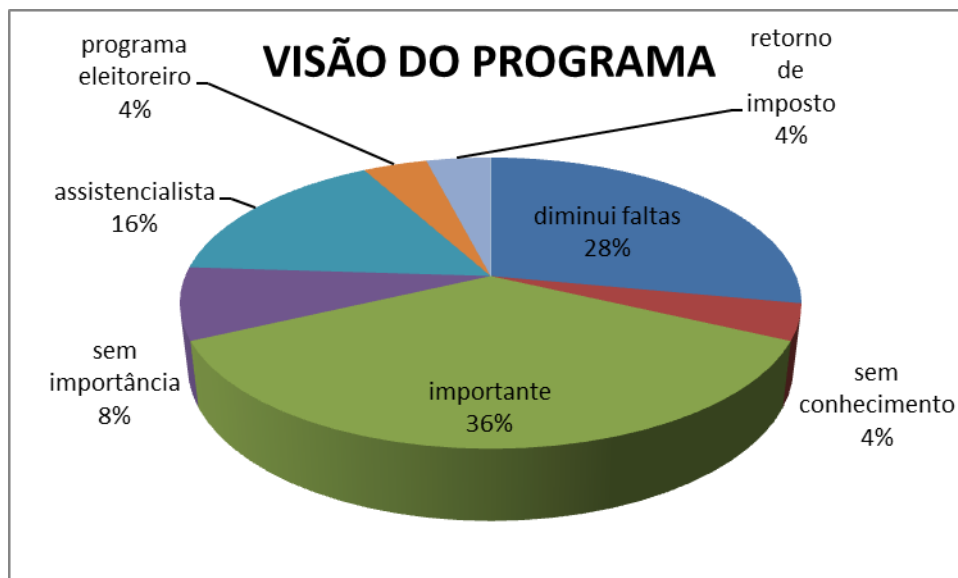
Foram entrevistadas um total de vinte e sete profissionais que desempenham funções diversas na escola como: diretor, pedagogo, professor, auxiliar escolar (merendeira), auxiliar de serviços gerais e secretário escolar. Todos em efetivo trabalho na educação.

Vários profissionais que foram abordados no decorrer da pesquisa não se sentiram a vontade para responder as perguntas sobre o PBF, alegando vários motivos, dentre eles não acreditarem no programa.

Dentre as questões foi perguntado aos entrevistados se possuíam algum conhecimento sobre o PBF, a grande maioria respondeu sim, e apenas três responderam não ter conhecimento algum sobre o programa.

Já no gráfico nº 3 abaixo podemos verificar qual é a importância que o profissional atribui ao programa na vida do aluno, ou seja, qual a sua visão do programa, ele tem sido importante na vida escolar/acadêmica da criança.

Gráfico nº 3



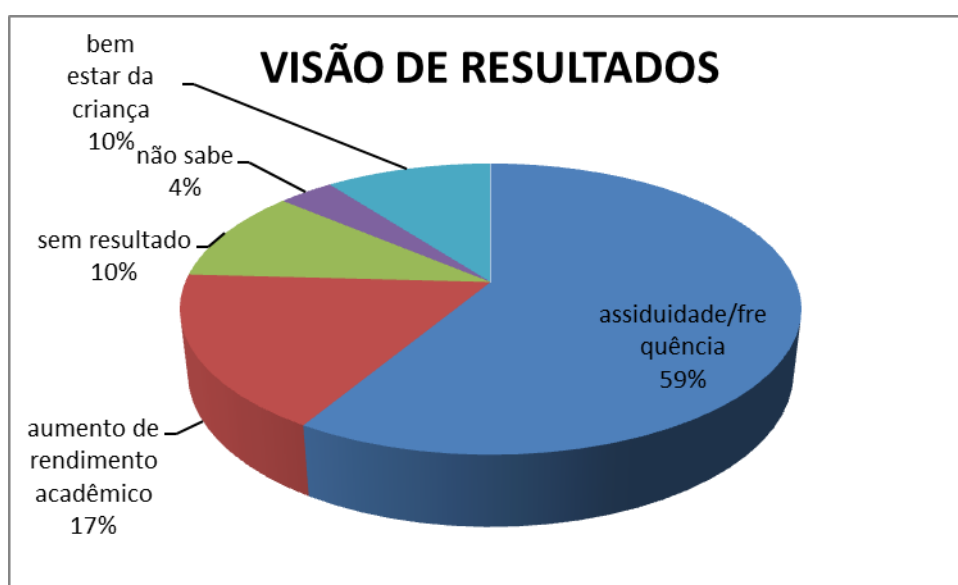
Fonte: Dados da pesquisa realizada pela aluna: Lucia valente Schuster

4 % dos entrevistados relacionam o Programa Bolsa Família como um programa eleitoreiro e que não agrega nada a criança, mas que serve de plataforma política. Outros 4% acreditam que é uma maneira de ter o retorno de imposto arrecadado pelo governo. 8% dos entrevistados não percebem nada com a relação do programa na questão na garantia da qualidade da educação. 16 % percebem o PBF como um programa assistencialista, que não vai fazer diferença na vida do aluno. 36 % não definem no que o programa melhorou na vida das crianças, mas o entendem como algo importante. E 4% não souberam responder. Porém um total de 28% conseguem perceber que depois da implantação do PBF, diminuiram as faltas dos alunos, o que no interior da escola é motivador, pois a frequência é um importante indicador da melhora acadêmica do aluno.

Mas percebemos que esse é um número bem pequeno, e esse dado é relevante para análises posteriores para entender melhor como o profissional vê o PBF. Talvez seja interessante e necessário que sejam feitas discussões sobre o PBF entre a educação e a assistência social para que haja uma interface entre as políticas, visto que a criança que esta na escola é a mesma que esta sendo atendida pela assistência social.

Outra questão levantada foi, que resultados você verifica que o programa proporciona para a criança na escola? Podemos ver no gráfico nº 4 que 4% dos entrevistados não souberam responder, já 10% das pessoas responderam que não conseguem perceber nenhum tipo de resultado. Outros 10% afirmam que o programa proporciona bem estar para as crianças. Já 17% percebem que o programa não contribui com aumento do rendimento acadêmico das crianças, e 59% dos entrevistados afirmam que percebem uma melhora significativa na assiduidade das crianças.

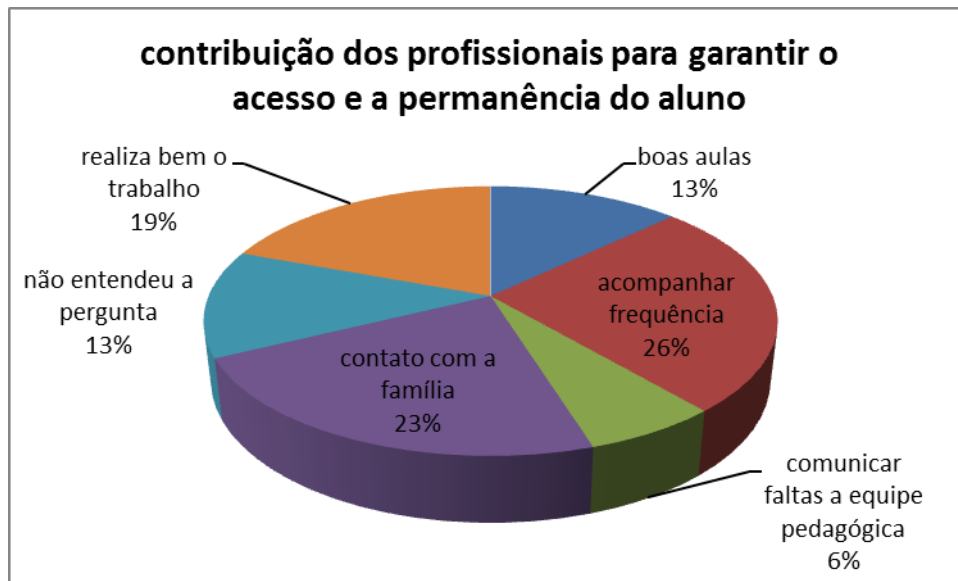
Gráfico nº 4



Fonte: dados da pesquisa realizada pela aluna: Lucia valente Schuster

O grupo entrevistado foi de profissionais que executam diferentes funções dentro da escola, com diferentes formações acadêmicas e que possuem compreensões diferentes sobre o PBF. Assim percebemos que 28% compreende a interface da educação com programa, 59% reconhece a melhoria da frequência do aluno em decorrência do programa.

Gráfico nº 5



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela aluna: Lucia valente Schuster

Ao responder a pergunta: enquanto profissional da educação no que você contribui para garantir o acesso e permanência do aluno na escola. Podemos observar no quadro acima que do total de entrevistados, 13% destes não entenderam a pergunta, não souberam responder, outros 13% dos entrevistados afirmaram que contribuem ministrando boas aulas. Um total de 19% afirmou que contribui realizando bem o seu trabalho, dentro da sua função. 23% dos profissionais colocou como contribuição entrar em contato com a família para conversar diretamente e saber se há algum problema que esteja impedindo o aluno de vir para a escola. Temos 26% que acompanham a frequência do aluno, e ainda 6% que relatam as faltas diárias para a equipe pedagógica para que esta tome as devidas providencias, ou seja, que faça a busca ativa pela criança.

Considerações Finais:

Este artigo buscou entender se os profissionais da educação percebem a interface entre a política de assistência social e educação expressa no Programa Bolsa família. O problema de pesquisa esteve direcionado na tentativa do entendimento de como a escola e seus profissionais percebem o aluno bolsista do PBF, e qual a relação do Programa com a melhoria da qualidade da educação.

Partiu-se do pressuposto de que apesar da escola desempenhar o papel de acompanhamento e monitoria da frequência dos alunos, os diferentes profissionais que trabalham na educação, a maioria não tem clareza do Programa, da condicionalidade, nem da relação que pode se estabelecer na escola entre as Políticas de Educação e Assistência Social.

A escola precisa fazer a reflexão a respeito das mudanças estruturais que ocorreram na sociedade durante o percurso da história, das lutas entre as classes, entender dos conflitos sociais e perceber que os profissionais da educação necessitam de conhecimento mais aprofundado para fazer a mediação entre a escola e a criança juntamente com sua família.

O PBF está vinculado ao cumprimento da condicionalidade da frequência do aluno na escola e os dados apresentados pelo documento do Boletim do DECON (2013) mostraram que o acompanhamento dos alunos bolsistas do PBF trouxeram resultados positivos em todo o País, tanto na frequência, quanto nas taxas na melhoria de rendimento dos alunos.

A pesquisa de campo mostrou que os diferentes profissionais divergem no entendimento do PBF e nos seus resultados na escola, demonstrando que precisam buscar maior conhecimento do programa, e apontando para a necessidade de que os técnicos que fazem parte do programa nas respectivas secretarias possam desenvolver alternativas de trabalho em conjunto, em parceria entre as secretarias e assim desenvolver a interface entre a educação e a assistência social, promovendo a garantia da qualidade na educação expressas na permanência deste aluno na escola com uma melhora na aprendizagem.

A pesquisa realizada foi bastante gratificante, e nos permitiu adquirir conhecimento a respeito do tema que tanto nos interessou. Também nos possibilitou verificar que realmente é este campo que nos interessa, este artigo será a base para futuras pesquisas acerca do tema educação e políticas públicas, tema esse que nos identifica com nossos interesses para futuras realizações.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Educação em tempos de exclusão. In: GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** 3ª. Ed. São Paulo: Cortez. 2002. p. 270-279.

BRASIL. Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo escolar da educação básica 2012 – resumo técnico. Brasília: Inep, 2013. Disponível em:
<http://dowload.inep.gov.br/educa%C3%A7%C3%A3o_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf> Acesso em 15 de jul. 2014

_____. CONAE 2014 - Educação Brasileira Indicadores e Desafios. Disponível em:
<http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/educacao_brasileira_indicadores_e_desafio_s.pdf> acesso em 17 de jul. 2014

_____. Indicadores. Disponível em:
<<http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/educacaobrasileiraindicadoresedesafios.pdf>> Acessado em: 18 jul. 2014.

_____. Conselho Nacional De Assistência Social - CNAS. Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/portarias/portarias-interministerial/2004-portaria-interministerial-3-789-2004-11-17-estabelece-atribuicoes-da-frequencia-escolar-no-programa-bolsa-familia.pdf/view>> Acesso em 15 jul. 2014.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

_____. **Diretrizes para a Educação Básica.** Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992>. Acesso em: 18 mar. 2014.

_____. **Prova Brasil.** Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=210&Itemid=324>. Acesso em: 18 mar. 2014.

_____. **Ideb.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>> Acesso em: 14 jul. 2014.

_____. **PNE – Plano Nacional de Educação.** Disponível em:<<http://fne.mec.gov.br/component/content/article?id=383:plano-nacional-de-educacao>> Acesso em: 15 de jun. 2014

_____. **PNE** – Plano Nacional de Educação. Disponível em:
<http://pne.mec.gov.br/?pagina=conhecendo_pne> Acesso em 05 de set

<http://fne.mec.gov.br/component/content/article?id=383:plano-nacional-de-educacao>>
Acesso em: 15 de jun. 2014

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social. Disponível em:
<http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=subsidios_paa_municipal>.

_____. Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/glossario>>
Acesso em: 18 mar. 2014

_____. **Condicionalidades.** Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>> Acesso em 31 maio 2014

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil.** São Paulo: Editora Saraiva, 2011. 45ª edição.

FRIGOTTO, Gaudêncio e **CIAVATTA,** Maria. O Estado da Arte das políticas de expansão do ensino médio técnico nos anos 1980 e de fragmentação da educação profissional nos anos 1990. In: Idem. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p.71-96

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola.** Teoria e Prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

NOVAK, Eliete Maceno. **Bolsa Família e Rendimento Escolar.** 2013 Dissertação de mestrado. Instituto Memória, Curitiba, 2013.

NUNES, Clarice. **Ensino Médio.** Diretrizes Curriculares Nacionais. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PARANÁ. MPPR. Informações Municipais para Planejamento Institucional. Disponível em:
<http://www.planejamento.mppr.mp.br/arquivos/File/sistema_indicadores/saojosepinha_is.pdf> Acesso em 20 jul. 2014

_____. Boletim Decon. Informativo do Departamento de Condicionalidades. Disponível em:
<http://www.nre.seed.pr.gov.br/fozdoiguacu/arquivos/File/ciencias/Bolsa%20Familia/decon7_maio_2014.pdf> Acesso em 20 jul. 2014.

SANTOS, Pablo S. M. B. **Questões polêmicas de política e legislação educacional**. 1ª Ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa família: avanços e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.